

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 53524.001805/2025-94

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços continuados de transporte de pessoas, incluindo 4 (quatro) veículos, 4 (quatro) postos de motoristas com jornada de 40 (quarenta) horas semanais e os demais insumos necessários à execução contratual, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às demandas da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais – GR04, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços continuados de transporte de pessoas, incluindo veículos, motoristas e demais insumos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender às demandas da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04.	24210	Mês	60	R\$ 110.747,16	R\$ 6.644.829,60

1.2. Os quantitativos correspondentes aos postos de motoristas, aos veículos e ao período de execução contratual, estão demonstrados na tabela a seguir:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	Posto de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para condução dos veículos vinculados à execução contratual.	Posto	4
2	Veículo tipo VOF1 - SUV, vinculado à execução dos serviços de transporte.	Veículo	4
3	Prestação continuada dos serviços de transporte de pessoas, incluindo veículos, motoristas e demais insumos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04.	Mês	60

1.3. Não se aplica à presente contratação o regime de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o valor estimado do objeto supera o limite legal estabelecido.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Preliminar da Contratação 15658328.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.5. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que é indispensável para o transporte de servidores e equipamentos, visando a manutenção das atividades de fiscalização presencial, não podendo sofrer interrupção sem prejuízo à missão institucional da Anatel. A ausência do serviço comprometeria o atendimento das demandas operacionais e a execução das ações de fiscalização, que são permanentes e essenciais ao funcionamento da Agência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a natureza permanente da demanda, a necessidade de planejamento de longo prazo, a obtenção de melhores condições comerciais e operacionais, e a redução de riscos de descontinuidade, conforme consta do Estudo Preliminar da Contratação 15658328.

**Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados de 24/08/2026 a 23/08/2031, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Preliminar da Contratação 15658328, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Anatel não dispõe de frota própria de veículos automotores terrestres e o [Decreto nº 9.507 de 2018](#), a Lei nº 10.871/2004 e a Lei nº 9.986/2000 recomendam que a execução de referidos serviços seja feita de forma indireta. O serviço de transporte rodoviário institucional consiste em um dos pilares que sustentam a própria atividade essencial da Anatel enquanto

Agência Reguladora. Não se poderia imaginar um órgão com as competências fiscalizatórias que a Anatel possui prescindir do serviço de transporte de servidores e equipamentos aos diversos lugares alvo de fiscalização, definidos pelos setores técnicos competentes.

2.3. Trata-se, pois, de um serviço necessário à administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades.

2.4. Cabe destacar que diversas atividades de fiscalização somente podem ser realizadas pela atuação presencial dos agentes de fiscalização nos locais que são objeto da demanda, com especial destaque para atividades de fiscalização relacionadas ao uso não autorizado do espectro de radiofrequência, tratamento de interferências prejudiciais, sobretudo aquelas classificadas como de risco à vida, certificação de produtos, avaliação de atendimento a compromissos de abrangência e disponibilidade de serviços.

2.5. Nesse sentido, observa-se que o serviço de transporte é essencial para o desempenho das competências fiscalizatórias da Anatel, visto que a atuação presencial dos agentes de fiscalização somente pode ser realizada quando disponibilizados os adequados recursos de transporte desses agentes até o local onde a atividade deve ser realizada, especialmente, quando é necessário o transporte de equipamentos que são utilizados pelos agentes no desempenho das atividades.

2.6. Desta forma, ressalta-se que a prestação de serviços de transporte incluindo veículos, motoristas e demais custos de manutenção de frota, não pode ser descontinuada, vez que tais recursos são utilizados ininterruptamente no desempenho das atividades de fiscalização dos serviços de telecomunicações.

2.7. Sem esse serviço, inviabiliza-se o desenvolvimento das diversas atividades fim da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04, que passaria a não mais responder às suas diretrizes institucionais por falta de infraestrutura para tanto.

2.8. Cabe enfatizar que a presente contratação objetiva substituir o Contrato nº 58/2021 (SEI nº 7074693), em virtude da impossibilidade de prorrogação do mesmo, por limitação legal da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dar continuidade ao serviço de transporte de servidores da Agência para execução da atividade de fiscalização.

2.9. O quantitativo e os modelos dos veículos requeridos visam atender a demanda da equipe de fiscalização da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04, que trabalha de forma a obter o melhor resultado e preservar a segurança dos agentes de fiscalização, além dos equipamentos de fiscalização utilizados nas missões, incluindo-se a preservação e a segurança dos equipamentos apreendidos em atividade de fiscalização. Tais aspectos foram devidamente analisados conforme estudo elaborado pela equipe técnica da GR04, consignado na Planilha de dimensionamento da frota 2026/2027 (SEI nº 14271113) e Documento de Formalização de Demanda (DFD) - SEI nº 14155285.

2.10. Ressalta-se, ainda, que a contratação pretendida está devidamente amparada no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da SEGES/MPDG, por tratar-se de serviço de natureza comum a ser executado de forma indireta e contínua, sendo serviço auxiliar necessário à administração para o desempenho de suas atribuições, cuja inexecução dificulta a operacionalidade, comprometendo a realização das atividades da Anatel de forma eficiente e eficaz.

2.11. Além disso, a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.12. A [Lei nº 10.871/2004](#), que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras, assim como o Quadro Específico da Anatel, criado pela Lei nº 9.986/2000, não prevê atividades correlatas às de motoristas ou similares, tornando necessária a contratação destes serviços por meio de terceirização.

2.13. Sobre a forma de contratação pretendida, o [Decreto nº 9.507 de 2018](#), que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional estabelece, em seu art 3º:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para a CONTRATADA.

2.14. Ressalte-se que as atividades acima descritas não serão terceirizadas posto que as atividades intentadas à contratação se caracterizam por acessórias, nelas não sendo desempenhadas quaisquer das funções atinentes aos servidores do quadro de pessoal próprio.

2.15. Por fim, destaca-se que foram seguidas as orientações constantes do Informe nº 45/2020/AFCA1/AFCA/SAF (SEI nº 5579543), adotando-se suas motivações.

#### **Benefícios Diretos e Indiretos que Resultarão da Contratação**

2.16. Como benefícios resultantes desta contratação espera-se garantir a continuidade dos serviços de transporte, nas

áreas específicas de atuação da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04, quando em deslocamento a serviço, possibilitando uma infraestrutura necessária ao desempenho das atribuições legais e regimentais desta agência reguladora.

2.17. Espera-se melhor atender às demandas da sociedade junto à Anatel, fornecendo melhores condições de trabalho para o desempenho dos serviços realizados nesta Agência, bem como cuidar da boa imagem do estabelecimento perante o público externo, por meio da execução de atividades meramente rotineiras e que podem ser terceirizadas por empresas especializadas, contribuindo assim com a Anatel no desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

2.18. Desta feita, o que se pretende com o procedimento licitatório em apreço é manter a capacidade de prestação dos serviços públicos a cargo desta Agência, usando para tanto de serviços terceirizáveis de caráter acessório, baseado em permissivo legal acima citado.

#### **Riscos Relacionados à não celebração do contrato**

2.19. A não celebração do contrato de serviços de transporte acarreta riscos significativos para a atuação da Gerência Regional de Minas Gerais – GR04, merecendo destacar:

- I - Prejuízo às atividades de fiscalização: impossibilidade de deslocamento de equipes para atendimento a demandas em campo, comprometendo a efetividade regulatória e o cumprimento da missão institucional;
- II - Insegurança patrimonial: ausência de meios adequados para transporte de equipamentos de alto valor e de bens apreendidos, expondo o patrimônio público a riscos de perda ou dano;
- III - Descontinuidade dos serviços essenciais: paralisação de atividades estratégicas de regulação e fiscalização, afetando o interesse público e a credibilidade institucional;
- IV - Risco jurídico e administrativo: descumprimento de prazos e ordens judiciais ou administrativas que demandem pronta atuação em campo;
- V - Impacto na imagem institucional: comprometimento da confiança da sociedade na capacidade da Anatel de cumprir suas finalidades constitucionais e legais.

2.20. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 02030715000112-0-000005/2026
- II - Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- III - Id do item no PCA: 2
- IV - Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
- V - Identificador da Futura Contratação: 413005-1/2026

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Preliminar da Contratação 15658328, abrange a prestação do serviço de transporte, de forma a atender as demandas da Gerência Regional Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04.

3.2. A prestação de referidos serviços engloba a disponibilização do veículo, da mão de obra necessária para a prestação dos serviços, devidamente habilitados, com dedicação exclusiva, incluindo o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes, filtros, e demais insumos necessários à plena execução dos serviços, cujos custos mensais serão divididos entre uma parcela fixa, destinada ao ressarcimento de despesas fixas da CONTRATADA com pessoal e veículos utilizados, incluindo depreciação temporal dos bens, acrescido de uma parcela variável, proporcional aos quilômetros rodados e destinada ao ressarcimento de despesas como consumíveis, acrescida ainda de custos excepcionais tais como diárias, horas extras, pedágios, estacionamentos e despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como custos de manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo.

3.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) O veículo e motorista deverão ser disponibilizados no endereço da CONTRATANTE durante todo o expediente (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h) com intervalo de almoço escalonado, evitando, nesse horário, a indisponibilidade do serviço;
- b) A prestação dos serviços será requisitada por meio de Sistema próprio de Administração de Veículos da Anatel ou por outro sistema que venha a ser implementado ;
- c) No caso de solicitação emergencial ou sem programação prévia e fora do horário de expediente, o veículo com o respectivo motorista deverá estar à disposição da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04 no prazo de até sessenta minutos após comunicado ao preposto da empresa;
- d) A CONTRATANTE emitirá a requisição, devidamente preenchida, por meio do Sistema de Administração de Veículos da Anatel(SAV) ou controle equivalente para cada deslocamento, a qual deverá ser conferida e assinada pelo usuário e/ou solicitante do veículo imediatamente após o seu uso;
- e) Mensalmente, a CONTRATADA emitirá relatório consolidado, abrangendo as quilometragens percorridas, os

destinos dos veículos, as diárias e as horas extraordinárias pagas aos motoristas e eventuais demais ocorrências e encaminhará ao representante da Administração formalmente designado para a fiscalização do contrato; e,

f) O motorista deverá entregar as requisições atestadas ao Fiscal do Contrato para fins de controle.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade:**

4.1. A presente contratação também está alinhada com o [Plano Diretor de Logística Sustentável da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#) para o biênio 2025-2026, aprovado por meio da [Resolução Interna Anatel nº 453, de 30 de junho de 2025](#).

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade citados, devem ser observados os requisitos do [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#) pertinentes ao objeto.

4.3. A CONTRATADA deverá observar alguns requisitos de sustentabilidade, a saber:

4.3.1. Cumprir, no que couber a execução do contrato, as disposições da [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010](#), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

4.3.2. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na [Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008](#), alterada pela Resolução nº 424, de 2010.

4.3.3. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

4.3.4. Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

4.3.5. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da [Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009](#), e legislação correlata;

4.3.6. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA [nº 18, de 06 de maio de 1986](#), Resolução CONAMA [490, de 16/11/2018](#) e Resolução CONAMA [492, de 20/12/2018](#), complementações e alterações supervenientes;

4.3.7. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme [Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009](#), complementações e alterações supervenientes. Caso o estado ou município onde será prestado o serviço não disponha de Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, a exigência ficará condicionada à existência e operacionalização do referido programa pelo órgão competente;

4.3.8. Adotar práticas de logística reversa para o descarte do componente de troca na manutenção da frota como, por exemplo, peças, pneus e óleo, para uma empresa certificada em logística reversa e comprometida com responsabilidade compartilhada;

4.3.9. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável, como: etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc., inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da [Lei nº 9.660, de 1998](#);

4.3.10. O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria;

4.3.11. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular);

4.3.12. Observar todas as regras trabalhistas e previdenciárias em relação aos seus empregados.

##### **Requisitos Gerais**

4.4. A empresa CONTRATADA deverá:

4.4.1. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4.2. Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do Gestor e do Fiscal do Contrato.

4.4.3. Responsabilizar-se por todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes das ações judiciais por prejuízos havidos e originados da execução de suas obrigações e que possam ser arguidas contra a Anatel, por terceiros.

4.4.4. Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato,

sendo a CONTRATADA a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

#### 4.5. Dos Veículos

4.5.1. Para contratação pretendida faz-se necessária a utilização de Veículo Operacional de Fiscalização 1 - VOF1: veículo terrestre classificado comercialmente como esporte utilitário ou *sport utility vehicle* - SUV a ser utilizado nas atividades de fiscalização que incluam locais de difícil acesso, com estradas sem asfalto e de relevo acidentado, com capacidade volumétrica de carga maior ou igual a 800 (oitocentos) litros e provimento de recurso para o suporte operacional, conforme [Portaria Anatel nº 2064, de 16 de setembro de 2021](#).

4.5.2. São características gerais ou equipamentos obrigatórios, comuns ao VOF terrestre:

- I - capacidade mínima para 05 (cinco) pessoas, permitindo o transporte de motorista mais uma equipe de fiscalização de até 4 (quatro) fiscais;
- II - bateria com capacidade superior a 60Ah (sessenta amperes-hora);
- III - alternador com capacidade excedente de geração de no mínimo vinte amperes-hora, ou seja, com no mínimo oitenta amperes-hora (80 Ah);
- IV - cabo de força constituído de 2 (dois) condutores de seção transversal de 16mm (dezesesseis milímetros) flexível e com isolamento antichama conectado à bateria automotiva com a instalação de disjuntor termomagnético de 32A DC conectado ao inversor e a um conector Neutrik Powercon NAC3FC-HC, para interligação direta da bateria até o porta-malas, destinados à alimentação elétrica dos equipamentos embarcados de fiscalização. Deve haver uma folga de 2 (dois) metros de cabo para manobra e conexão do cabo;
- V - kit multimídia com Rádio AM/FM digital com scan em frequência, com antena externa, original de fábrica ou fornecido à parte pela empresa contratada;
- VI - dispositivo de navegação Global Positioning System - GPS veicular disponível em sistema multimídia original do veículo ou fornecido à parte pela empresa contratada, desde que o sistema de mapeamento seja projetado na tela multimídia do veículo;
- VII - ganchos, ou alças, para amarração de cargas e fixação de bagagens no bagageiro do veículo;
- VIII - cintas tracionadas em poliéster 25 mm (vinte e cinco milímetros), com catraca e ganchos ou alças que permitam a fixação de equipamentos no bagageiro do veículo;
- IX - 1 (um) suporte veicular para notebook, com ganchos de suporte para fixação nas hastes do encosto dos bancos dianteiros e que suportem uma carga mínima de 7 kg (sete quilos);
- X - engate para reboque de acordo com as especificações do Código de Trânsito Brasileiro e legislações vigentes;
- XI - inversor DC/AC de onda senoidal pura, de 12 VDC para 110-240 VAC 60Hz Vac com potência mínima de 2.000 Watts e tomada AC padrão NBR com 3 pinos (item fornecido pela CONTRATANTE, devendo ser instalado pela CONTRATADA);
- XII - possibilidade de uso de combustíveis renováveis (etanol, biodiesel, eletricidade), nos termos do art. 1º da Lei nº 9.660, de 1998;
- XIII - conter sistema de ar condicionado, preferencialmente, de fábrica;
- XIV - equipado com equipamento suplementar de segurança passiva – air bag, na posição frontal e lateral, para o condutor e os passageiros;
- XV - equipado com sistema antitravamento das rodas ou Anti lock Braking System - ABS, nos termos da legislação de trânsito vigente;
- XVI - direção hidráulica, elétrica ou equivalente;
- XVII - vidros e travas elétricas em todas as portas;
- XVIII - banco traseiro rebatível, bipartido e com apoios para cabeça em todos os assentos, nos termos da Resolução nº 518/2015 do CONTRAM ou outro normativo que a substitua;
- XIX - equipamentos rastreadores de geolocalização, que permitam o acompanhamento de seus deslocamentos e gestão de frota por meio de softwares específicos, adquiridos de terceiros ou não, a serem disponibilizados e mantidos pela empresa contratada;
- XX - vidros com película do tipo segurança categoria 4 e com opacidade máxima de acordo com a legislação de trânsito vigente, exceto no para-brisas;
- XXI - alarme sonoro com acionamento à distância (original ou opcional do fabricante) com travamento automático das portas e fechamento dos vidros; e
- XXII - possuir identificação visual, observando as normas de uso da imagem institucional da ANATEL e respeitando características regionais de segurança e comodidade.
- XXIII - classificado comercialmente como veículo esporte utilitário (SUV), veículo adequado para uso misto em áreas urbanas, rurais e fora de estrada;

XXIV - tração nas quatro rodas (4 x 4) com marcha reduzida, tração adequada para tráfego em áreas rurais e fora de estrada;

XXV - cinco portas;

XXVI - pneus do tipo adequado para tráfego em áreas rurais e fora de estrada, All Terrain - ATR, definido por cada unidade descentralizada, respeitando características regionais de cada Estado;

XXVII - motor com potência igual ou superior a 170cv (cento e setenta cavalos-vapor) e torque igual ou superior a 30kgf.m (trinta quilograma-força metro), potência e torque adequados para tráfego em áreas rurais e fora de estrada, bem como em situações que seja necessária evasão imediata do local;

XXVIII - distância entre eixos igual ou superior a 2.700mm (dois mil e setecentos milímetros);

XXIX - barras longitudinais e transversais para instalação de antenas, fixadores e outros equipamentos no teto do veículo. As barras devem ser adaptadas às necessidades específicas da Anatel, como fixação de chapa metálica com 1,5 m (um metro e meio) de comprimento e aproveitamento total da largura entre as barras longitudinais ou furos para suporte de sensores e antenas;

XXX - teto com área plana com, no mínimo 1,5 m (um metro e meio) de comprimento, em material ferromagnético liso (sem rugosidades) ou fornecimento e instalação de chapa metálica com 1,5 m (um metro e meio) de comprimento e aproveitamento total da largura entre as barras longitudinais, para instalação de antenas de monitoração do espectro;

XXXI - porta-malas integrado à cabine com capacidade volumétrica mínima de 800l (oitocentos litros), com a segunda fileira de bancos na posição normal e dimensões mínimas de 85cm x 100cm x 95cm (altura x largura x profundidade), dimensões adequadas que permitem o armazenamento de bagagem, a instalação e operação de equipamentos de fiscalização embarcados; e

XXXII - grade de proteção entre o porta-malas e a cabine, firmemente presa à carroceria, para proteção dos passageiros em caso de colisão, impedindo o deslocamento da carga para o habitáculo dos passageiros, observando os critérios de segurança e acionamento dos airbags.

4.5.3. Os veículos deverão ser disponibilizados em pelo menos 02 cores distintas

4.5.4. Deverão ser instalados nos veículos dispositivo de cobrança automática de pedágio e estacionamento.

4.5.5. O(s) veículo(s) deverão estar cobertos por Seguro automotivo, incluindo cobertura para danos a terceiros e assistência 24 horas.

4.5.6. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente o plano de revisões da montadora, comprovando à Anatel seu cumprimento.

4.5.7. A CONTRATADA deverá fornecer todos os insumos necessários ao uso do veículo, tais como: combustível, mecanismos de segurança e conforto, manutenção, pagamento de IPVA, multas, taxa de licenciamento, limpeza e higienização.

4.5.8. A critério da CONTRATANTE, poderá ser exigida a higienização regular do sistema de ar condicionado dos veículos, observadas as regras de autorização e ressarcimento das despesas eventuais.

4.5.9. Adicionalmente, a CONTRATADA deverá disponibilizar, previamente ou por meio de mecanismos adequados, os meios necessários para que os motoristas possam realizar o abastecimento dos veículos, bem como efetuar pagamentos de pedágios e estacionamentos durante as atividades de fiscalização, sem que haja necessidade de desembolso pessoal por parte dos motoristas, evitando impactos na prestação dos serviços.

4.5.10. Os postos de motoristas terão jornada de 40 (quarenta) horas semanais, definida conforme a conveniência da contratante, observados os intervalos legais, a legislação vigente e o disposto na [Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024](#), e suas atualizações, inclusive no que couber em relação ao dissídio, à convenção ou ao acordo coletivo de trabalho da categoria.

4.5.11. As especificações do veículo foram adotadas levando-se em conta a natureza do serviço, o conforto e a funcionalidade do automóvel, tendo como parâmetro a classificação, utilização e especificação apontadas na Portaria nº 2064 (SEI nº 7407498). A seleção do tipo de veículo operacional para apoio às atividades de fiscalização da Gerência Regional de Minas Gerais (GR04) foi realizada com base nas características técnicas e operacionais exigidas para o cumprimento das atividades institucionais. Após análise detalhada das demandas da GR04, verificou-se que o Veículo Operacional de Fiscalização 1 - VOF1: veículo terrestre classificado comercialmente como esporte utilitário ou sport utility vehicle - SUV, apresenta as especificações mais adequadas, especialmente por sua capacidade volumétrica de carga, versatilidade para deslocamentos em locais de difícil acesso, estradas não pavimentadas e relevo acidentado.

4.5.12. Modelos referenciais de veículos que atendem às especificações da presente contratação, conforme valores evidenciados no arquivo Tabela Fipe Veículos - Modelos de Referência (15449411):

Modelo Referencial 01 - Mitsubishi

Descrição do Veículo	Ano	Valor Tabela FIPE
Mitsubishi - Pajero Sport HPE 2.4 4x4 Diesel Aut.	2026 (0 km)	R\$ 354.528,00
Mitsubishi - Pajero Outdoor 3.2 4x4 T.I Diesel 5p Aut.	2023 (usado)	R\$ 261.714,00



Modelo Referencial 02 - Toyota

Descrição do Veículo	Ano	Valor Tabela FIPE
Toyota - Hilux SW4 SRX Plat. 4x4 2.8 TB Die. Aut.	2026 (0 km)	R\$ 417.321,00
Toyota - Hilux SW4 SRX 4x4 2.8 TDI 16V Dies. Aut.	2023 (usado)	R\$ 305.791,00

Modelo Referencial 03 - GM Chevrolet

Descrição do Veículo	Ano	Valor Tabela FIPE
GM Chevrolet - Trailblazer High Country 2.8 TB Die Aut.	2026 (0 km)	R\$ 407.229,00
GM Chevrolet - Trailblazer Trailblazer PREMIER 2.8 TB Diesel Aut.	2023 (usado)	R\$ 222.013,00

Modelo Referencial 04 - Jeep

Descrição do Veículo	Ano	Valor Tabela FIPE
JEEP - Commander Overl. TD380 2.0 4x4 Die. Aut.	2026 (0 km)	R\$ 294.887,00
JEEP - Commander Overl. TD380 2.0 4x4 Die. Aut.	2023 (usado)	R\$ 188.727,00

4.5.13. A apresentação e utilização dos veículos deverão observar os seguintes critérios e limites de tempo e de quilometragem:

I - **Apresentação:** Para o início da prestação dos serviços, somente serão aceitos veículos zero quilômetro, devidamente licenciados. Excepcionalmente, mediante justificativa formal apresentada pela CONTRATADA e devidamente aprovada pelo Gestor do Contrato, poderá ser autorizado o início da prestação dos serviços com veículo provisório, similar ao originalmente cotado e atendendo às demais características exigidas na licitação, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do início da vigência contratual.

II - **Limite de Utilização:** Substituição obrigatória do veículo ao atingir 100.000 (cem mil) quilômetros rodados ou 36 (trinta e seis) meses a contar da data de emissão da nota fiscal de aquisição originária do veículo, o que ocorrer primeiro, como regra geral.

III - **Limite Excepcional:** Caso o veículo atinja 36 (trinta e seis) meses antes de completar 100.000 (cem mil) quilômetros rodados e possua garantia do fabricante superior a 36 (trinta e seis) meses, poderá ser autorizado o uso do veículo até o prazo máximo de garantia do fabricante, observado o limite de 100.000 (cem mil) quilômetros rodados.

4.5.14. Para fins de cálculo da depreciação do veículo na Planilha de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá considerar os valores do veículo novo (ano 2026) e do veículo com 36 (trinta e seis) meses de uso (ano 2023) constante na Tabela FIPE atual, de acordo com a marca e modelo definidos para o veículo.

4.5.15. Para fins de composição dos custos e cálculo da depreciação do veículo na Planilha de Custos e Formação de Preços, somente serão aceitos veículos cuja marca e modelo possuam valores de referência na Tabela FIPE vigente à época da apresentação da proposta, tanto para veículo novo (0 km) quanto para veículo com 36 (trinta e seis) meses de uso, caso a proposta apresentada contemple veículo sem valor de referência para 36 (trinta e seis) meses de uso na Tabela FIPE, impossibilitando o cálculo da depreciação real, a proposta será rejeitada.

4.5.16. A CONTRATADA procederá com todas as manutenções preventivas e corretivas a seu custo, em rede autorizada pela fabricante do veículo, devendo observar todas as revisões necessárias à continuidade da garantia de fábrica do veículo e se abster, a qualquer tempo, de utilizar peças não originais, usadas, paralelas ou reconcondicionadas, sobremaneira pneus recauchutados/remoldados.

4.5.16.1. A CONTRATADA deverá realizar a substituição dos pneus dos veículos até o limite de 50.000 km rodados, conforme vida útil média considerada na planilha de custos e formação de preços, independentemente do estado aparente dos pneus, garantindo a segurança e a conformidade técnica dos veículos utilizados na prestação dos serviços.

4.5.16.2. Adicionalmente, é proibida a circulação de veículos automotores cujos pneus apresentem profundidade remanescente da banda de rodagem inferior ao limite estabelecido pela legislação vigente, atualmente previsto no art. 4 da Resolução CONTRAN nº 913, de 28 de março de 2022, ou em norma que venha a substituí-la ou atualizá-la. A CONTRATADA deverá garantir o atendimento a esse requisito durante toda a vigência do contrato.

4.5.17. **Substituição Provisória de Veículo em Situações Excepcionais.**

4.5.17.1. Em situações excepcionais de sinistro, tais como acidente, furto, roubo, ou necessidade de manutenção corretiva prolongada do veículo definitivo, que impossibilitem sua utilização por período superior ao previsto para reparos regulares, a CONTRATADA deverá providenciar, obrigatoriamente, a substituição provisória do veículo por outro com características equivalentes, observando todos os requisitos técnicos, operacionais e de segurança exigidos neste Termo de Referência, excetuando-se aquelas características que demandem adaptações específicas previstas para o veículo permanente neste contrato.

4.5.17.2. A substituição provisória dependerá de prévia análise e aprovação do gestor e do fiscal do contrato, mediante apresentação pela CONTRATADA de documentação comprobatória das características do veículo substituído (da seguradora, locadora ou próprio), incluindo: certificado de registro e licenciamento, comprovante de manutenções, apólice de seguro e/ou demais documentos que atestem a conformidade com as especificações

exigidas para o veículo original.

4.5.17.3. O veículo substituto deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a ocorrência que motivou a necessidade de substituição, garantindo a continuidade dos serviços contratados e a não interrupção das atividades de fiscalização e transporte institucional.

4.5.17.4. Em caráter excepcional, em locais remotos ou de difícil acesso, o prazo mencionado no item anterior poderá ser estendido até o limite de 24 (vinte e quatro) horas, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e acatado pela CONTRATANTE.

4.5.17.5. O período de utilização do veículo provisório será limitado ao tempo estritamente necessário para a regularização da situação do veículo definitivo, devendo a CONTRATADA informar imediatamente ao gestor do contrato a previsão de retorno do veículo original ou, se for o caso, a necessidade de substituição definitiva, observando os critérios estabelecidos para apresentação e utilização de veículos neste Termo de Referência.

#### 4.5.18. **Recálculo dos Custos do Veículo em Caso de Substituição Definitiva do Veículo**

4.5.18.1. Em caso de necessidade de substituição definitiva do veículo durante a vigência do contrato, os custos fixos e variáveis do novo veículo deverão ser recalculados na Planilha de Custos e Formação de Preços, com base nos valores atualizados do veículo substituto, conforme a Tabela FIPE vigente à época da substituição, para o respectivo ano, marca e modelo. O novo cálculo deverá utilizar o mesmo período de 36 meses de depreciação previsto originalmente neste instrumento, independentemente do tempo remanescente do contrato, e ser submetido à análise e aprovação da CONTRATANTE, de modo a garantir a adequada composição dos custos e a transparência na execução contratual.

4.5.18.2. A CONTRATADA poderá apresentar, para substituição definitiva, veículo de modelo diverso daquele inicialmente utilizado na prestação do serviço, desde que o novo veículo atenda integralmente a todas as especificações e exigências previstas no contrato. Considerando que, na substituição, será realizado o recálculo dos custos com base nos valores atualizados do veículo substituto, a substituição deverá ser submetida à análise e aprovação do gestor do contrato, antes de sua efetivação.

#### 4.6. **Dos Motoristas**

4.6.1. Os profissionais designados para conduzir os veículos, cuja Classificação Brasileira de Ocupações - CBO é nº 7823-05 "Motorista de carro de passeio", deverão possuir as seguintes habilidades/pré-requisitos, os quais deverão ser comprovados por meio de documentos em até 05 dias úteis antes da data de início da execução dos serviços contratados:

4.6.1.1. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “B” (no mínimo), há pelo menos 05 (cinco) anos, com a anotação “EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA”, prevista no art.147, §5º do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

4.6.1.2. 12 (doze) meses de experiência como motorista profissional comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e /ou contrato de trabalho;

4.6.1.3. Ensino médio completo (mínimo);

4.6.1.4. Curso de Direção Defensiva realizado nos últimos 2 (dois) anos;

4.6.1.5. O motorista deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, compatível com a categoria do veículo, sem estar suspensa ou cassada, e não ter atingido o limite de pontos para suspensão do direito de dirigir.

4.6.1.6. Não possuir antecedentes criminais; e,

4.6.1.7. Além da formação exigida para cada atividade, recomenda-se que o profissional se enquadre no seguinte perfil:

- I - Boa comunicação interpessoal;
- II - Comportamento cortês e prestativo;
- III - Aptidão para o trabalho em equipe;
- IV - Ser disciplinado, proativo e participativo; e,
- V - Capacidade para enfrentar desafios e propor soluções aos problemas apresentados.

4.6.1.8. Para comprovar o vínculo dos profissionais, a empresa CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, em até 05 (cinco) dias úteis após a data de início da execução dos serviços contratados:

- I - Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou Registro de Empregado (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE);
- II - Comprovante do exame médico admissional.

4.6.1.9. Será exigida a comprovação dos requisitos relacionados, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma a seguir requerida:

- I - Comprovante de escolaridade – apresentação de diploma, certificado ou declaração, fornecido por estabelecimento regular de ensino, devidamente autorizado e/ou reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), atestando a conclusão de grau requerida, conforme exigido no presente instrumento;
- II - Comprovante da realização do Curso de Direção Defensiva;



- III - Comprovante de Habilitação na categoria exigida;
- IV - Comprovante de vínculo empregatício com a CONTRATADA – cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou Registro de Empregado (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE);
- V - Certidão negativa de antecedentes criminais das Justiças Estadual e Federal; e,
- VI - Impressão da página eletrônica do Detran contendo a pontuação e natureza das infrações de trânsito cometidas.

4.6.2. O Contrato de Trabalho deverá constar que *os serviços serão prestados em regime de 40 horas semanais . Em ocorrendo horas extras, estas deverão ser pagas de acordo com a legislação vigente.*

4.6.3. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço desta contratação, conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

4.6.3.1. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) nº 7823-05 - Motorista de carro de passeio.

4.7. A fim de estabelecer o piso de remuneração, auxílio-alimentação e outros benefícios dos motoristas alocados na prestação de serviços da presente contratação, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024 \(atualizada\)](#), adotou-se como Convenção Coletiva de Trabalho paradigma a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 - Número de Registro no MTE MG 001961/2026, celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 16.844.557/0001-49 e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMIURBANO, METROPOLITANO, RODOVIARIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, CNPJ n. 17.437.757/0001-40, sendo estabelecido a categoria profissional de "Motorista de Veículos até 07 lugares".

4.7.1. Serão aceitos valores de remuneração, auxílio-alimentação e outros benefícios dos motoristas alocados na prestação de serviços da presente contratação iguais ou superiores aos valores estabelecidos na referida CCT paradigma.

4.8. Fica assegurado o direito à repactuação dos valores previstos na proposta apresentada, caso esta esteja fundamentada em Convenção Coletiva de Trabalho referente a período anterior ao início da prestação do serviço.

4.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento e está de acordo com as condições contidas no Edital e seus anexos necessárias para a prestação do serviço.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.10. Na execução do serviço, não serão admitidos veículos de marca ou modelo em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 4.5.17 e 4.5.18. Igualmente, não serão aceitos veículos cuja marca e modelo não possuam valores de referência na Tabela FIPE vigente à época da apresentação da proposta, tanto para veículo novo (0 km) quanto para veículo com 36 (trinta e seis) meses de uso, quando tal ausência inviabilizar a apuração da depreciação real do bem na Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Subcontratação**

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **anual** da contratação, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados (conforme IN 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1. "a").

4.13. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela Contratada, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

- 4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada.
- 4.19. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.
- 4.19.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 4.23. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.23.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.23.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.24.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.24.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.25.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a Contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.25.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.25.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

- 4.26. A Contratada autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

- 4.29. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **Instalação de escritório**

- 4.30. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratado s que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, conforme justificativas constantes no Estudo Preliminar da Contratação 15658328.

#### **Margem de Preferência:**

- 4.31. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, visto que o(s) item (ns) do objeto não se enquadra(m) nas margens de preferência [Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024](#).
- 4.32. Considerando que o valor dos itens a serem licitados são superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) anuais, não é aplicável a exclusividade de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), e artigo 6º do [Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015](#)).

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

- 5.1. Os serviços deverão ser executados em atendimento às necessidades da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais - GR04, por meio de fornecimento de 4 (quatro) veículos próprios e 4 (quatro) motoristas devidamente habilitados, com dedicação exclusiva, incluindo fornecimento de combustíveis e demais insumos, bem como a realização de manutenções preventivas/corretivas e revisões programadas pelo fabricante do veículo, a serem realizadas em oficina autorizada, necessários à plena execução dos serviços, cujos custos mensais serão divididos entre parcela fixa e variável, previstos na planilha de custos e formação de preços da contratação.

5.1.1. **Descrição dos serviços de transporte:** serviço comum prestado de forma continuada, incluindo o fornecimento de veículos, materiais e motoristas, destinado para deslocamento de pessoas em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender as demandas da Anatel, conforme especificações constantes neste documento.

5.1.2. **Descrição das atividades dos motoristas:** dirigir e manobrar veículos, transportando pessoas, cargas ou valores, em deslocamentos urbanos e/ou em viagens interurbanas e/ou interestaduais, dentro ou fora do Estado de Minas Gerais, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Os motoristas devem realizar verificações e manutenções básicas dos veículos e utilizarem equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, além de softwares de navegação, dentre outros. Os motoristas poderão realizar atividades de coleta e entrega pessoal de documentos e encomendas diversas nos âmbitos interno e externo da Anatel.

- 5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Início da execução do objeto: em até 30 dias da assinatura do contrato. Para possibilitar a preparação da CONTRTivo de interesse público e garantia da continuidade das atividades institucionais da CONTRATANTE, o início da prestação dos serviços com veículo provisório, desde que este seja similar ao originalmente cotado e atenda às demais características exigidas no processo licitatório. O prazo máximo para utilização do veículo provisório será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do início da vigência contratual.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Álvares Cabral, 1605, 5º Andar - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30170-008.
- 5.4. Os serviços serão prestados, normalmente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08:00h às 17:00h.
- 5.5. Mediante a necessidade do serviço, os veículos com motorista, poderão ser utilizados em horários fora do mencionado intervalo durante os dias de semana, nos fins de semana e feriados, quando serão registradas as horas extras.
- 5.6. Para a utilização dos serviços nos finais de semana e feriados, deverá haver autorização prévia por parte da CONTRATANTE, que se dará, no máximo, até o último dia útil anterior ao da utilização do veículo.
- 5.7. A CONTRATANTE disponibilizará local adequado para a guarda dos veículos, excetuando-se as situações de lavagem, manutenção ou viagens a serviço, quando poderão permanecer fora das dependências da Anatel. Nos demais casos, os veículos deverão permanecer estacionados na sede da Agência, em vagas disponibilizadas pela própria CONTRATANTE.
- 5.8. Os veículos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados a partir do recebimento da solicitação pelo preposto da empresa CONTRATADA;

5.9. Os veículos deverão estar em perfeito estado de conservação, manutenção e limpeza, interna e externamente, e com a documentação exigida atualizada.

5.10. É proibido tanto aos motoristas da CONTRATADA, quanto aos servidores da CONTRATANTE, o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, no interior dos veículos durante o expediente.

5.11. Quando necessário, a CONTRATADA permitirá a instalação de aparelho de telecomunicação do tipo veicular nos veículos de sua propriedade, às custas da Anatel.

5.12. Os valores cotados para horas extras, salários e outros benefícios sociais devem representar no mínimo, os valores estabelecidos por acordo, convenção coletiva e/ou sentença normativa em dissídio coletivo, vigente para a categoria no Estado de Minas Gerais, desde que não suprimam ou firam direitos assegurados por Lei.

5.13. Não serão considerados, para fins de aferição de quilometragem percorrida, os deslocamentos entre o local de estacionamento dos veículos e o local onde deverão estar disponíveis, nem qualquer outro deslocamento, em que o veículo não esteja a serviço da Anatel.

5.14. A CONTRATADA manterá supervisão diária alocada nas dependências da CONTRATANTE, por meio de preposto, que poderá ser um dos motorista, para a execução de atividades de gerenciamento, orientação, controle e acompanhamento dos serviços, veículos e motoristas, com poderes da CONTRATADA para receber notificações/correspondências, determinações e orientações da CONTRATANTE.

5.14.1. A CONTRATADA deverá providenciar o cadastramento do preposto como Usuário Externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), aprovado pela [Resolução nº 682, de 31 de agosto de 2017](#), para fins de recebimento de notificações/correspondências pertinentes à execução contratual.

5.15. Em caso de afastamento legal ou em viagens do motorista que exerça a função de preposto, a empresa deverá designar o seu substituto para responder pelas atribuições previstas no item acima.

5.16. Será utilizada a legislação, os procedimentos, os regulamentos, as normas internas da Anatel e as metodologias pertinentes a cada atividade, vigentes e os que venham a ser implantados durante todo o período de vigência do contrato.

5.17. A CONTRATADA, na disposição dos postos, deverá respeitar a jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta), observados os intervalos legais para repouso e alimentação.

5.18. Por necessidade da CONTRATANTE, os horários e dias previstos para a execução do serviço poderão ser alterados, observada a jornada do trabalho normal não superior a 40 (quarenta) horas semanais, observados os intervalos legais para repouso e alimentação.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.19. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.19.1. A prestação dos serviços será requisitada por meio de Sistema próprio de Administração de Veículos da Anatel.

5.19.2. A CONTRATANTE emitirá a requisição, devidamente preenchida, por meio do Sistema de Administração de Veículos (SAV) ou controle equivalente para cada deslocamento, a qual deverá ser conferida e assinada pelo usuário e/ou solicitante do veículo imediatamente após o seu uso;

5.19.3. Mensalmente, a empresa contratada emitirá relatório consolidado, abrangendo as quilometragens percorridas, os destinos dos veículos, as diárias, as horas extraordinárias pagas aos motoristas, pedágios, travessias, estacionamentos, Despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como custos de manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo e encaminhará ao representante da Administração formalmente designado para a fiscalização do contrato; e,

5.19.4. O motorista deverá entregar as requisições atestadas ao Fiscal do Contrato para fins de controle.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.20. Os veículos disponibilizados deverão atender as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

5.21. Para facilitar a comunicação, todos os motoristas deverão possuir telefones celulares habilitados para realização e recebimento de ligações.

#### **Do quantitativo de veículos**

5.22. A partir da metodologia de cálculo estabelecida no dimensionamento da frota (Portaria nº 2064 (SEI nº 7407498), realizou-se a inserção dos dados de utilização da atual frota da Gerência Regional no Estado de Minas Gerais - GR04 ao longo dos anos de 2023 e 2024, na Planilha de dimensionamento da frota 2026/2027 (SEI nº 14271113) baseado no Histórico de utilização da frota (SEI nº 14270956) tendo sido apurado que o quantitativo de 4 (quatro) Veículos Operacionais de Fiscalização 1 (VOF1) seria suficiente para atender às demandas desta Gerência Regional.

#### **Da estimativa de quilometragem, diárias, horas extras, pedágios e estacionamentos e demais despesas eventuais dos veículos**

5.23. Com base no histórico de utilização da frota e nas premissas adotadas para o dimensionamento da contratação, nos termos do item 7.2 do Estudo Preliminar da Contratação 15658328, foram definidos os quantitativos mensais estimados para a composição dos custos variáveis e das despesas eventuais da Planilha de Custos e Formação de Preços, considerados para fins

de estimativa do valor da contratação, conforme tabela a seguir:

Descrição	Quantidade Mensal Estimada
Quilometragem	12.500 Km
Hora Extra Diurna (dias úteis)	20 Horas
Hora Extra Noturna (dias úteis)	1 Hora
Hora Extra (domingo/feriado)	15 Horas
Hora Extra Noturna (domingo/feriado)	1 Hora
Diária (pernoite)	30 Diárias
Pedágio e Travessias	R\$ 200,00
Estacionamento	R\$ 50,00
Despesas Eventuais Veículos	R\$ 1.500,00

5.24. Os quantitativos estimados de quilômetros rodados, diárias, horas extras, pedágios/travessias, estacionamento e demais itens relativos aos custos variáveis e às despesas eventuais, inclusive aqueles relacionados à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas neste Termo de Referência, bem como a manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo, foram contemplados na Planilha Preenchida da Administração (15665771), para fins de estimativa do valor da contratação.

5.25. As horas extras dos motoristas serão devidas pelo trabalho realizado além da jornada ordinária prevista neste Termo de Referência, das 8h às 17h, com intervalo de 1h para almoço, considerando-se, nos dias úteis, como extraordinárias aquelas prestadas após as 17h, observado o disposto na legislação trabalhista vigente e na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável. Quando realizadas entre 22h e 5h, incidirá também o adicional noturno, nos termos da CLT. As horas trabalhadas aos sábados, domingos e feriados serão remuneradas na forma da legislação e da norma coletiva aplicável, com acréscimo de 100% sobre a hora normal, quando devido.

5.26. Tais quantitativos e despesas possuem caráter estimativo, de modo que, durante a execução contratual, somente serão objeto de pagamento os valores correspondentes aos custos e despesas efetivamente realizados, comprovados e atestados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.27. Na realização dos serviços, os pagamentos de diárias, horas extras, pedágios/travessias e de estacionamentos serão de responsabilidade da CONTRATADA, sendo quitados pela Anatel, por ocasião do pagamento mensal da fatura, apenas os valores efetivamente gastos, mediante apresentação de comprovante de depósito bancário, demonstrativo da folha de pagamento, nota fiscal, cupom fiscal ou recibo emitido conforme exigências da Anatel e atestados pelo(s) servidor(es) transportado(s).

5.28. As Despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como custos de manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo deverão ser previamente submetidas à análise e à autorização do Gestor e do Fiscal do Contrato, sendo obrigatória, após a execução do reparo, a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.28.1. A critério da CONTRATANTE, poderá ser determinada a realização periódica ou eventual de higienização do sistema de ar condicionado dos veículos, sempre que tal medida se mostrar necessária à adequada conservação, salubridade e conforto dos usuários. Os custos correspondentes serão classificados como despesas eventuais dos veículos, devendo ser previamente submetidos à análise e autorização do Gestor e do Fiscal do Contrato, com posterior apresentação da respectiva Nota Fiscal para fins de ressarcimento.

5.29. Todos os custos e despesas contratualmente previstas e suportadas pela CONTRATADA integram a prestação dos serviços para todos os efeitos, inclusive tributários, devendo ser consolidadas para fins de faturamento mensal.

#### **Das diárias dos motoristas**

5.30. Os valores das diárias deverão observar o valor apurado na pesquisa de preços de mercado, descrito no do item "E - Diárias (pernoite)" da aba "Despesas Eventuais MO" da Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo ser pagos integralmente ao motorista pela CONTRATADA antes do início da viagem, os quais serão devidamente pagos pela Anatel por ocasião do pagamento da fatura mensal.

5.30.1. Conforme metodologia fundamentada no Informe nº 121/2025/GR04AF/GR04/SFI (SEI nº 14539527), aprovada pelo Despacho Decisório nº 151/2025/GR04AF/GR04/SFI (SEI nº 14567673), os valores das diárias serão fixados pela CONTRATANTE, tomando como referência o preço médio praticado para hospedagem em hotéis de padrão econômico e executivo, classificação três estrelas, nas regiões geográficas intermediárias e imediatas do Estado de Minas Gerais, conforme definição do IBGE. O valor da diária deverá incluir café da manhã e estacionamento do veículo. Para o componente de alimentação, será considerado o preço médio da refeição no estado de Minas Gerais, apurado por empresas especializadas, como Ticket, Pluxee, Alelo ou equivalentes. Os valores atualizados deverão ser comprovados por meio de pesquisa de mercado apresentada pela CONTRATADA, acompanhada de Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.31. Os motoristas deverão pernoitar, preferencialmente, no mesmo estabelecimento em que os servidores da CONTRATANTE estiverem hospedados, a fim de garantir a segurança e a integridade dos equipamentos utilizados nas atividades de fiscalização desta Agência.

5.32. Nos casos de transporte de equipamentos técnicos e de bens apreendidos pela CONTRATANTE, será obrigatória a guarda do veículo no mesmo estabelecimento em que os servidores da Anatel estiverem hospedados, sendo que eventuais custos originários dessa obrigação serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.33. As diárias pagas nos deslocamentos realizados aos sábados, domingos e feriados serão majoradas do valor do auxílio-alimentação estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho, constante no "Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários" da aba "Custo Fixo MO Motorista" da Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Das horas extras dos motoristas**

5.34. Quando convocados para a execução de serviços adicionais, inclusive sábados, domingos e feriados, o pagamento das horas extras dos motoristas serão efetuados conforme Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela Anatel.

5.35. A quantidade de horas extras que constam na referida Planilha são estimativas, sendo que somente serão efetuados pagamentos das horas efetivamente realizadas e atestadas.

5.36. Quando em viagens, somente serão geradas horas extras, quando o motorista efetivamente estiver realizando as atividades de direção do veículo em atendimento à convocação das equipes de servidores para a realização de serviços para a Anatel.

5.37. Para efeitos de horas extras, não se considera à disposição da CONTRATANTE, o tempo de deslocamento entre o local de estacionamento dos veículos e o local onde deverão estar disponíveis.

#### **Dos relatórios de prestação dos serviços**

5.38. Mensalmente, a CONTRATADA emitirá relatório consolidado, abrangendo as datas de deslocamento, as quilometragens percorridas, os destinos dos veículos, as diárias e as horas-extras pagas aos motoristas e demais ocorrências, e encaminhará ao representante da Administração formalmente designado para a fiscalização do contrato.

5.39. Caso ocorra pagamento de pedágio e/ou estacionamento, a CONTRATADA discriminará no referido relatório, os valores de pedágios, travessias e estacionamentos, informando, data da ocorrência, anexando o comprovante de pagamento ou correspondente relatório eletrônico de lançamentos.

#### **Especificações para identificação dos veículos**

5.40. Em observância à legislação vigente (IN n. 03/2008 - STLI/MPOG), os elementos de identificação visual dos veículos terão as seguintes especificações:

- I - Material: manta magnética com espessura mínima de 8 mm (oito milímetros) com dimensões de 220mm X 450mm;
- II - Texto "A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL" em letras tipo helvética média, caixa alta, negrito com 20 mm de altura na cor preta;
- III - Sigla do Órgão - "ANATEL", em caixa alta, negrito com 50 mm de altura na cor azul marinho (pantone 2597 cv);
- IV - Sublinhado com 3 mm e a 5 mm de distância da Sigla do Órgão; e
- V - Texto "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO" em letra tipo helvética normal, caixa alta, com 20 mm de altura na cor amarelo ouro (pantone 108 cv).



#### **Unidade de medida do objeto**

5.41. A execução do contrato será medida em meses.

5.42. Já os custos dos serviços devem ser medidos por duas variáveis (custo fixo e custo variável), cujas unidades de medida são as seguintes:



5.42.1. Custo fixo

- I - Custos fixos de mão de obra: valor mensal pago com base em postos de trabalho;
- II - Custos fixos dos veículos: valor mensal composto por custo de depreciação, Seguro Automotivo, Taxa de Licenciamento e demais tributos;

5.42.2. Custo variável

- I - Custos variáveis de mão de obra: pagos apenas quando e na medida em que ocorrem relativos a horas extras, diárias, e adicional noturno e vale-alimentação extra, na ocasião de viagens aos sábados, domingos e feriados;
- II - Custos variáveis dos veículos: pago conforme a quilometragem rodada, sendo que o valor do quilômetro é composto pelos custos com combustíveis, manutenção/revisão, troca de pneus e pastilhas de freio, conforme indicado na planilha de custos;
- III - Despesas eventuais de veículos: custos com pedágio, estacionamento, e travessia fluvial/marítima e Despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como custos de manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo, pagos apenas quando e no valor exato em que foram pagos pela CONTRATADA.

5.43. Antes do faturamento dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar a consolidação das medições relativas aos custos variáveis, acompanhada das respectivas comprovações, com vistas a conferência pela fiscalização técnica.

5.43.1. As despesas com custos variáveis de mão de obra considerarão os registros constantes no Sistema próprio de Administração de Veículos da Anatel.

5.43.2. A quilometragem será aferida pelo somatório das distâncias percorridas, as quais serão registradas a cada deslocamento nos formulários específicos de campo e serão determinadas pela leitura do aparelho indicador (hodômetro) instalado no veículo.

5.43.2.1. No caso de dano que impeça o normal funcionamento do hodômetro, além de ser exigida a sua imediata reparação ou substituição, a quilometragem deverá ser apurada pela CONTRATADA de acordo com o trajeto percorrido, sob aprovação da CONTRATANTE.

5.43.3. As despesas com pedágios, estacionamento, e travessia fluvial/marítima e Despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como custos de manutenções corretivas não incluídas nas revisões programadas ou na garantia do veículo serão comprovadas pela apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento e serão faturados no valor de sua ocorrência.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.44. Os veículos disponibilizados deverão atender à descrição detalhada que consta no item 4.5 deste documento.

5.45. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- I - 4 postos de trabalho de motoristas, contemplando um profissional por posto;
- II - 4 veículos tipo VOF1;
- III - média de 12.500 km por mês (somatório de todos os veículos);
- IV - média de 30 diárias por mês (todos os motoristas);
- V - Média mensal de 20 (vinte) horas extras diurnas (dias úteis) ;
- VI - Média mensal de 1 (uma) hora extra noturna ( dias úteis);
- VII - Média mensal de 15 (quinze) horas extras (domingos e feriados) ;
- VIII - Média mensal de 1 (uma) hora extra noturna (domingos e feriados) ;
- IX - Média mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente a despesas com pedágios e travessias, aplicável a todos os veículos;
- X - Média mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais) referente a despesas com estacionamento, excetuado o estacionamento habitual destinado à guarda dos veículos, aplicável a todos os veículos; e
- XI - Média mensal de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) destinada a despesas eventuais relacionadas à aquisição e instalação de acessórios e adaptações iniciais exigidas no Termo de Referência, bem como a custos de manutenções corretivas não contempladas nas revisões programadas ou na garantia do veículo, tais como película e grade de proteção, barras transversais, pastilhas e discos de freio, bateria, entre outros itens, aplicável a todos os veículos.

5.46. Para facilitar a comunicação, todos os motoristas deverão possuir telefones celulares.

**Especificação da garantia do serviço**

5.47. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Uniformes**

5.48. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o seu empregado.

5.49. O conjunto completo do uniforme é composto pelas seguintes peças de vestuário:

- I - 02 calças compridas - Social ou Jeans;
- II - 05 camisas de mangas curtas - Polo ou Social;
- III - 01 jaqueta/casaco de frio;
- IV - 02 pares de sapato, do tipo esporte fino, com ou sem cadarço; e,
- V - 06 pares de meias, de boa qualidade.

5.50. As peças devem ser confeccionadas de forma padronizada com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- 5.50.1. Camisa Polo: confeccionada em malha piquet ou PV ou tecido equivalente.
- 5.50.2. Camisa Social: feita em tricoline, oxford ou tecido equivalente.
- 5.50.3. Jaqueta/Casaco: confeccionado em material resistente (como Tactel ou Microfibras), com forro interno para maior conforto térmico.
- 5.50.4. Calça Social: de brim, produzida em tecido de algodão resistente.
- 5.50.5. Calça Jeans: fabricada em denim de qualidade.

5.51. A CONTRATADA deverá fornecer, gratuitamente, 1 (um) conjunto completo do uniforme ao empregado no início da execução do Contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 1 (um) ano. Caso o conjunto de uniforme não atenda às especificações definidas, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da solicitação da CONTRATANTE.

5.52. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.53. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo assinado pelo empregado, cuja cópia deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### **Consumo de combustível dos veículos**

5.54. Para fins de composição dos custos, será adotado como critério o levantamento de preços de combustíveis divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), considerando o preço médio do Diesel S-10 no estado de Minas Gerais. O valor de consumo por litro será o índice de consumo urbano divulgado na tabela oficial do INMETRO para o modelo cotado, conforme Tabela de Consumo Inmetro - Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular - PB (SEI nº 14961738).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.55. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

#### **Da Reserva de Vagas Prevista no Decreto Nº 9.450/2018**

5.56. A reserva de vagas para efetivação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat é inviável, com base nas disposições contidas nos itens VI e VII do Parecer nº 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU para invocar o disposto no § 4º do art. 5º do Decreto nº 9.450/2018:

*O Parecer nº 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU constatando que "as inovações legislativas introduzidas pelo Decreto nº 9.450, de 2018, trouxeram enormes desafios para a Administração Pública Federal ao determinar a reserva de vagas para pessoas presas e egressas do sistema prisional nas contratações públicas de serviços terceirizados", concluiu que "não há condições normativas, por ora, particularmente pela falta de parâmetros objetivos, para a efetivação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat pela reserva de vagas nas contratações públicas federais, motivo pelo qual os gestores poderão invocar o disposto no § 4º do art. 5º do Decreto 9.450, de 2018, para justificar a inviabilidade da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional". Eis a ementa da manifestação jurídica em destaque:*

*EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO AFIRMATIVA. RESERVA DE VAGAS PARA PRESOS E EGRESSOS. ANÁLISE CONJUNTA DA LEGISLAÇÃO PENAL E ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO NORMATIVA E PARCERIAS COM GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE ARREDONDAMENTO DOS PERCENTUAIS. DA RESERVA DE VAGAS APENAS PARA SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.*

(...)

*VI. Para permitir a concretização da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional pela reserva de vagas nas contratações públicas federais, é necessária ampla complementação por convênios e acordos de cooperação, além da edição de instrução normativa por parte da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.*

*VII. Não há condições normativas, por ora, particularmente pela falta de parâmetros objetivos, para a efetivação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat pela reserva de vagas nas contratações públicas federais, motivo pelo qual os gestores poderão invocar o disposto no § 4º do art. 5º do Decreto 9.450, de 2018, para justificar a inviabilidade da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional.*

5.57. Nesse panorama, dada a falta de condições normativas para aplicação da norma, a presente contratação igualmente não padece de vício ao não prever cota para contratação de presos e egressos do sistema prisional.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. A gestão do Contrato será de responsabilidade da Gerência Regional da Anatel no Estado de Minas Gerais, em conformidade o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e com as regras definidas em portaria da Agência.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.7. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. A CONTRATADA não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.9. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas estabelecidas na [Portaria nº 2105, de 18 de outubro de 2019](#) ou outra que venha substituí-la.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.20. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.21. A compensação de jornada prevista no Decreto nº 12.174/2024 e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024 possui caráter excepcional e somente poderá ser admitida nas hipóteses de diminuição temporária da demanda de trabalho na

unidade de execução, inclusive em recesso de final de ano, ou de necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, desde que não implique aumento de custos do contrato, não demande a convocação de substituto, não conflite com a legislação trabalhista e com a convenção coletiva aplicável, nem recaia sobre hipótese de falta legalmente justificada.

6.22. As ausências por motivo de saúde, quando devidamente comprovadas por atestado ou documento hábil, constituem, em regra, hipótese de falta justificada, não se sujeitando ao regime de compensação de jornada de que trata o Decreto nº 12.174/2024. Nessas situações, caso não haja substituição do profissional e o posto de trabalho permaneça descoberto, deverá ser registrada a ocorrência e promovida a glosa da parcela correspondente ao período em que não houve a efetiva prestação do serviço, sem prejuízo da apuração de eventual descumprimento contratual, conforme o caso.

6.23. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.24. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.25. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.26. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.27. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.28. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.29. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

- 6.30.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.30.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.30.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.30.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.31. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

- 6.31.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao Gestor do Contrato de execução onde desempenha suas atividades;
- 6.31.2. O Gestor do Contrato avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
- 6.31.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
- 6.31.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.32. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.33. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

- 6.33.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.33.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.34. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.35. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.36. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas estabelecidas na [Portaria nº 2105, de 18 de outubro de 2019](#) ou outra que venha substituí-la.

6.37. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.38. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.38.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.38.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- I - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- II - Carteira de Trabalho física ou digital dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- III - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.38.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- I - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- II - certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- III - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.38.1.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- I - extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- II - cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- III - cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- IV - comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- V - comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- VI - documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.38.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- I - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- II - guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- III - extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- IV - exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.39. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos exigidos no primeiro mês da prestação dos serviços acima deverão ser apresentados.

6.40. A Administração deverá analisar a documentação solicitada quando da extinção ou rescisão do contrato acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
  - 6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.57. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
  - 6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do Gestor do Contrato.
- 6.59. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.60. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.61. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.62. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.63. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos



períodos de férias, se houver.

6.64. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.64.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.64.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.65. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

#### **Gestor do Contrato**

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.67.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Planilha Modelo Instrumento Medição de Resultado (15706846).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. As ocorrências detalhadas no quadro a seguir definem os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a execução contratual.

7.4.2. Seguir-se-á a Tabela de Pontuação, quanto ao percentual a ser debitado do faturamento mensal total dos serviços prestados pela CONTRATADA em função do não cumprimento dos resultados esperados, sem prejuízo das sanções administrativas constantes no Contrato.

7.4.3. É requisito básico que a CONTRATADA cumpra e respeite as obrigações trabalhistas conforme lei vigente, bem como siga corretamente o acordado pelas partes do Contrato.

7.4.4. Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos, de acordo com o quadro seguinte:

Tabela I - OCORRÊNCIAS (Exemplo que pode ser aplicado ao caso concreto)

OCORRÊNCIAS	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO
Deixar de substituir o veículo no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, quando atingido o limite de quilometragem, tempo de uso ou outra condição prevista contratualmente.	Será considerada a ocorrência quando, após o veículo atingir o limite de quilometragem, tempo de uso ou outra condição prevista no TR, a CONTRATADA não realizar a substituição no prazo e conforme as especificações estabelecidas. A aferição será feita por meio de verificação documental e/ou inspeção física, conforme registros da fiscalização.	2,1
Não substituição do veículo em caso de sinistro, avaria ou manutenção prolongada, dentro do prazo estabelecido no contrato.	Será considerada a ocorrência quando, após comunicação de sinistro, avaria ou necessidade de manutenção prolongada, a CONTRATADA não providenciar a substituição do veículo no prazo definido no contrato. A aferição será realizada por meio de análise dos registros de comunicação e acompanhamento da fiscalização.	2,1
Disponibilizar veículo substituto que não atenda integralmente às especificações técnicas exigidas, salvo nas situações previstas neste termo de referência.	Será considerada a ocorrência quando o veículo substituto apresentado não cumprir integralmente as especificações técnicas previstas no TR e no contrato. A aferição será feita por meio de inspeção física e análise documental realizada pela fiscalização.	1,0
Disponibilizar veículo sem seguro automotivo vigente, conforme exigido no Termo de Referência e contrato.	Será considerada a ocorrência quando for constatado, por meio de análise documental, que o veículo disponibilizado para prestação dos serviços está sem seguro automotivo vigente ou com apólice vencida, em desacordo com as exigências do TR e do contrato. A aferição será realizada mediante verificação dos documentos apresentados pela CONTRATADA à fiscalização, especialmente a apólice de seguro e comprovante de vigência.	1,0
Deixar de realizar a substituição dos pneus dos veículos até o limite de 50.000 km rodados, independentemente do estado aparente dos pneus.	Será considerada a ocorrência quando, pela verificação dos registros de quilometragem e inspeção dos veículos, for constatado que os pneus não foram substituídos ao atingir 50.000 km rodados.	1,0
Descumprimento das normas de segurança e higiene no transporte de servidores e equipamentos.	Será considerada a ocorrência quando forem constatadas, por meio de inspeção ou denúncia, situações que contrariem as normas de segurança e higiene estabelecidas no TR e no contrato. A aferição será feita por inspeção física, registros fotográficos ou relatos documentados pela fiscalização.	0,5
Descumprimento das regras de guarda dos veículos em local adequado, conforme previsto no contrato, quando o veículo estiver a serviço fora das dependências da Anatel.	Será considerada a ocorrência quando, durante a prestação de serviço fora das dependências da Anatel, o veículo não for mantido em local seguro e apropriado, conforme previsto no contrato. A aferição será feita por inspeção física, registros fotográficos ou relatos documentados pela fiscalização.	0,5
Inobservância da utilização do uniforme, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme excessivamente danificado.	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia.	0,5
Não fornecimento ou atraso na entrega de uniformes aos motoristas, conforme periodicidade estabelecida.	Será considerada a ocorrência quando a CONTRATADA não fornecer ou atrasar a entrega dos uniformes aos motoristas, conforme periodicidade prevista no TR. A aferição será feita por meio de controle dos prazos e verificação documental pela fiscalização.	0,5
Inobservância injustificada do tempo máximo estabelecido para o atendimento às solicitações de serviço recebidas.	Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado. A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.	0,8
Falta de cordialidade no trato com os servidores e usuários.	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado.	0,5
Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo FISCAL DO CONTRATO.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,8
Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, no prazo estabelecido.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,6



- 7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.14. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22.1. O documento de cobrança deverá ser peticionado diretamente pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na opção "*Processo Novo --> Tipo do processo: 'Contratações: Processo de Pagamento'*".

7.22.2. Para que o peticionamento seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro de usuário externo no SEI, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: <http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno>

7.22.3. Caso o representante da CONTRATADA não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, não será possível a realização do atesto.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pela CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.32.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as

providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.36. A pedido da Contratada, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.36.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.36.2. A revisão prevista acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **Repactuação e Reajuste**

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da data limite para apresentação da proposta, definida em edital.

7.38.3. Para os custos decorrentes da legislação tributária, vinculados à prestação de serviços, tais como IPVA, Taxa de Licenciamento ou outro que vier a ser implementado: a partir da data do fato gerador.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.40.1. Para fins de reajustamento contratual, consideram-se insumos os seguintes itens constantes na Planilha de Custo e Formação de Preços, que serão reajustados anualmente com base na variação do IPCA apurado no período :

- I - Item A - Uniformes, do Módulo 5 - Insumos Diversos, da Aba Custo Fixo Mão de Obra Motorista;
- II - Item F - Lavagem, da Aba Custo Fixo Veículo;
- III - Item C - Troca de Pneus, da Aba Custo Variável por Km Rodado; e
- IV - Itens 1, 2 e 3 da Aba Despesas Eventuais Veículos.

7.41. Na ausência de definição de valores ou de índice específico pela convenção coletiva, os custos referentes ao seguro de vida em grupo serão repactuados anualmente, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.42. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo Contrato, ou na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, a CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de



matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Caso a Contratada adote convenção coletiva diversa daquela utilizada pela Administração como paradigma, e determinado benefício previsto na contratação como custo mínimo relevante não esteja contemplado no instrumento coletivo ao qual a empresa esteja vinculada, prevalecerá, para fins de repactuação desse item específico, a Convenção Coletiva de Trabalho paradigma adotada no edital.

7.48. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.54. Os itens abaixo relacionados serão revisados, a pedido da CONTRATADA ou à critério da CONTRATANTE, mediante a comprovação da efetivação variação dos respectivos custos:

I - Item B - IPVA, da Aba Custo Fixo Veículo;

II - Item C - Taxa de Licenciamento, da Aba Custo Fixo Veículo;

- III - Item D - Seguro Obrigatório, da Aba Custo fixo Veículo;
- IV - Item E - Seguro Automotivo Geral, da Aba Custo Fixo Veículo;
- V - Item A - Combustível, da Aba Custo Variável por KM rodado; -e
- VI - Item B - Manutenção/Revisão, da Aba Custo Variável por KM rodado. -
- VII - Item E - Diárias (pernoite), da Aba Despesas Eventuais MO, quando não houver previsão em Convenção Coletiva de Trabalho.

7.55. Os custos referentes ao IPVA e Taxa Licenciamento serão reajustados com base nos valores estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.

7.56. Os valores referentes ao seguro automotivo serão recalculados anualmente com base na tabela FIPE, considerando a data inicial de vigência do contrato. Em caso de substituição do veículo durante a vigência contratual, inclusive pela inclusão de veículo zero quilômetro, os valores do seguro deverão ser ajustados conforme o valor atualizado do novo veículo na tabela FIPE, garantindo a adequação dos custos ao bem efetivamente segurado.

7.57. Para fins de composição dos custos e para o reajuste do valor do combustível, será adotado como critério o levantamento de preços de combustíveis divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), considerando o preço médio do Diesel S-10 no estado de Minas Gerais. Na hipótese de indisponibilidade ou ausência de atualização dos dados pela ANP, poderão ser utilizadas outras fontes idôneas de pesquisa de mercado, tais como levantamentos realizados junto a postos de combustíveis da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, ou plataformas especializadas de monitoramento de preços, desde que devidamente comprovadas e aceitas pela CONTRATANTE.

7.58. Os reajustes dos custos de manutenção e revisão serão recalculados com base na variação do valor total das revisões até 100.000 mil km do modelo do veículo utilizado, conforme tabela do fabricante.

7.59. Conforme metodologia fundamentada no Informe nº 121/2025/GR04AF/GR04/SFI (SEI nº 14539527), aprovada pelo Despacho Decisório nº 151/2025/GR04AF/GR04/SFI (SEI nº 14567673), o reajuste dos valores das diárias será realizado anualmente, tomando como referência o preço médio praticado para hospedagem em hotéis de padrão econômico e executivo, classificação três estrelas, nas regiões geográficas intermediárias e imediatas do Estado de Minas Gerais, conforme definição do IBGE. O valor da diária deverá incluir café da manhã e estacionamento do veículo. Para o componente de alimentação, será considerado o preço médio da refeição no estado de Minas Gerais, apurado por empresas especializadas, como Ticket, Pluxee, Alelo ou equivalentes. Os valores atualizados deverão ser comprovados por meio de pesquisa de mercado apresentada pela CONTRATADA, acompanhada de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.60. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.61. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.62. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.63. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.64. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível a CONTRATANTE ou a CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.65. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.66. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias, contado da data do fornecimento, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.67. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

7.68. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.69. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.70. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.71. Caso a CONTRATADA esteja sujeita ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.72. Caso haja alteração na legislação tributária que impacte o regime de incidência ou a forma de apuração das contribuições sociais (PIS, COFINS ou tributo que venha a substituí-los), a comprovação das alíquotas médias efetivas e os ajustes

decorrentes deverão observar as regras vigentes à época da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, conforme nova regulamentação aplicável.

7.73. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela CONTRATADA a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.73.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

#### **Do Reembolso-creche**

7.74. A planilha de custos e formação de preços deverá contemplar, como custo mínimo relevante, a estimativa relativa ao benefício de reembolso-creche, nos termos do art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026.

7.75. Para fins de estimativa do custo, poderá ser adotado o percentual de incidência previsto no Anexo II da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, sem prejuízo da utilização de outro critério, desde que tecnicamente justificado, nos termos da referida norma.

7.76. A previsão do reembolso-creche na planilha possui natureza estimativa, não implicando pagamento automático ou mensal fixo à contratada, ficando o respectivo pagamento condicionado à comprovação mensal do efetivo desembolso em favor dos trabalhadores beneficiários, observadas as regras da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

7.77. O benefício será devido à trabalhadora ou ao trabalhador que possua filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, nos termos da regulamentação aplicável.

#### **Do Seguro Acidente de Trabalho**

7.78. Na composição dos custos relativos à mão de obra deverão ser considerados pelo licitante os encargos sociais e previdenciários previstos na legislação vigente, incluindo-se o Risco Ambiental do Trabalho (RAT), conforme art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), instituído pelo Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009.

7.79. O percentual do RAT a ser adotado deve corresponder ao grau de risco da atividade preponderante da empresa, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, observando-se os percentuais de 1% (grau leve), 2% (grau médio) ou 3% (grau grave), conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil.

7.80. O FAP deverá ser aplicado como multiplicador da alíquota do RAT, na forma divulgada anualmente pelo Ministério da Previdência Social.

7.81. O licitante deverá comprovar as alíquotas do RAT e do FAP aplicáveis à sua atividade econômica no momento da licitação e sempre que solicitado pela Administração, mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, obtidos perante a Previdência Social:

- a) Comprovante de enquadramento do CNAE da empresa;
- b) Extrato do FAP vigente emitido pelo sistema da Previdência Social;
- c) Declaração assinada pela empresa contendo o cálculo adotado para o encargo previdenciário (RAT x FAP), para fins de aferição da coerência da planilha de custos e formação de preços.

7.82. Os percentuais adotados serão objeto de verificação pela Administração, podendo ser ajustados de ofício ou mediante diligência, caso sejam identificadas divergências ou inconsistências.

7.83. Em razão da natureza variável do FAP e de eventuais alterações legais do RAT, após a contratação, os valores correspondentes a esses encargos constantes na planilha de custos poderão ser objeto de repactuação de preços sempre que comprovada a efetiva variação do custo, realizada de ofício ou a requerimento da CONTRATADA, a partir da data de vigência do novo percentual, usualmente fixada em 1º de janeiro de cada exercício, independentemente da data de início ou da anualidade do contrato, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SEGES nº 5, de 26 de maio de 2017.

7.84. A repactuação será admitida mediante comprovação documental da variação dos encargos, até o limite máximo do percentual do encargo constante na proposta inicial, vedada a majoração sem justificativa técnica e sem respaldo normativo.

7.85. É de responsabilidade da contratada manter atualizados os documentos comprobatórios do RAT e do FAP aplicáveis ao contrato, informando tempestivamente qualquer alteração que impacte o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

#### **Custos renováveis e não renováveis**

7.86. Transcorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo desse período deverão ser reduzidos ou eliminados da planilha de custos e formação de preços da contratação, renovando-se essa análise a cada novo período de 12 (doze) meses, sucessivamente.

7.87. Em cumprimento ao disposto no item 1.2 do Anexo VII-F e no item 9 do Anexo IX, ambos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, fica definido que será utilizada a Nota Técnica nº 652/2017-MP (SEI nº 13966597) para análise dos custos renováveis e não renováveis por ocasião do transcurso de um ano de vigência do contrato.

7.88. São exemplos de custos não renováveis: Aviso Prévio Indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; Equipamentos Depreciados e não Substituídos; Ausências Legais; Ausência por Doença; Licença Paternidade; Ausências por Acidente de

Trabalho; Afastamento Maternidade.

7.89. O gestor do contrato poderá solicitar que a CONTRATADA relacione e comprove as ocorrências de demissões sem justa causa, dos itens componentes do custo do Módulo 3 da Planilha de Custos (Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado), e das ocorrências de ausências legais dos itens componentes do custo do Submódulo 4.1 da Planilha de Custo Fixo da Mão de Obra (exceto Substituto na cobertura de Férias), havidas durante a execução contratual, sob pena de exclusão do respectivo custo da planilha de preços.

7.90. O item de custo não renovável eventualmente reduzido ou eliminado no período anterior poderá ser revisto e reintegrado na planilha de custos e formação de preços no período seguinte, até o limite máximo do percentual estatístico constante na proposta inicial, desde que comprovada a ocorrência do evento no período analisado e observada a proporcionalidade dos parâmetros constantes da planilha de custos.

7.91. Para o aviso prévio indenizado, na hipótese de não ter havido ocorrências no período analisado, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, para aportar os 3 dias previstos na Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011.

7.92. Para o aviso prévio trabalhado, na hipótese de não ter havido ocorrências no período analisado, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, até o limite máximo de 0,194%, quando o percentual cotado na licitação for de 1,94% (para 100% dos empregados), em conformidade com os Acórdãos TCU nºs 1.186/2017 e 522/2019, ambos do Plenário, para aportar os 3 dias previstos na Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011.

7.93. Os itens de custos não renováveis constantes do Módulo 4 (a partir do item “B”) da planilha de custos e formação de preços, na aba de custo fixo da mão de obra, deverão ser eliminados após o primeiro ano de vigência do contrato, somente renovados quando comprovada a ocorrência do custo durante a execução contratual do período analisado.

7.94. As reduções ou exclusões dos custos não renováveis da planilha de custos e formação de preços poderão ser processadas juntamente com a prorrogação de vigência, com a repactuação ou o reajuste de preços ou, ainda, mediante apostilamento exclusivo, conforme conveniência da Administração, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

7.95. As fórmulas de cálculo dos custos são aquelas constantes da planilha de preços da contratação, que devem ser validadas pelo licitante durante o procedimento licitatório.

7.96. Os licitantes poderão aportar na planilha de custos (proposta) dados/percentuais estatísticos conforme entenderem conveniente, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco nos seus dimensionamentos.

7.97. Na hipótese de o licitante não proceder da forma acima determinada, será intimado pelo pregoeiro para sanear a sua planilha de custos e formação de preços.

#### **Cessão de crédito**

7.98. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

7.98.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.98.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.98.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.98.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

7.99. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.100. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.101. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.102. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.103. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.104. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 7.104.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.104.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 7.104.3. Multa sobre o FGTS; e
- 7.104.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.105. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.106. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e a instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.107. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.108. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas e verbas rescisórias devidas ao empregado no curso da vigência contratual.

7.109. Na situação do item acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.110. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.111. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.112. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observando o procedimento previsto no Manual de instrução de processos administrativos para apuração de infrações à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da Superintendência de Administração e Finanças:

- 8.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas

alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.2.4. Multa:**

8.2.4.1. Moratória, quando praticada a conduta descrita na alínea “d”, do subitem acima deste Termo de Referência, a qual pode ser convertida em multa compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato; e

8.2.4.2. Compensatória, quando praticada qualquer das condutas descritas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem acima deste Termo de Referência.

8.2.5. Para o cálculo da sanção devem ser observados os parâmetros e definições estabelecidos pela Metodologia de cálculo das sanções aplicáveis por infrações verificadas durante a execução de contratos administrativos regidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aprovada pela [Portaria Anatel nº 2.959, de 24 de fevereiro de 2025](#).

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.14. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o



## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, em razão de possuir parte variável.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 - Número de Registro no MTE MG 001961/2026, celebrada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 16.844.557/0001-49 e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SEMIURBANO, METROPOLITANO, RODOVIARIO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, CNPJ n. 17.437.757/0001-4, utilizado(a) como paradigma:

a) salário-base motorista de veículos até 7 lugares, no valor de R\$ 2.634,41;

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 30,56;

c) Reembolso-creche, no valor mensal de R\$ 526,64 por dependente, nos termos do art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026, devendo a composição da planilha de custos e formação de preços observar o critério de incidência previsto na referida Instrução Normativa, salvo adoção de outro critério tecnicamente justificado, ficando o pagamento condicionado à comprovação mensal do efetivo desembolso pela contratada; e

d) demais benefícios de natureza trabalhista ou social.

9.4. Caso a licitante adote Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo diverso daquele utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, a planilha de custos e formação de preços deverá contemplar, no mínimo, os valores e benefícios mais benéficos ao trabalhador, observadas as disposições da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024, não podendo ser considerados, para fins de formação da proposta, valores inferiores aos custos mínimos relevantes definidos pela Administração ou àqueles decorrentes do instrumento coletivo ao qual a empresa esteja vinculada, prevalecendo o que for mais favorável ao trabalhador.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Do regime tributário**

- 9.20. Considerando que o objeto da presente contratação envolve a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizando cessão ou locação de mão de obra nos termos da legislação aplicável, a CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente o art. 17, inciso XII, bem como as demais normas tributárias pertinentes.
- 9.21. Embora o art. 18, §§ 5º-C e 5º-H da Lei Complementar nº 123/2006 preveja que algumas atividades específicas envolvendo cessão de mão de obra podem permanecer no Simples Nacional, a prestação do serviço de transporte de pessoas, incluindo veículos e motoristas com mão de obra dedicada, diferentemente de serviços como vigilância, limpeza ou conservação, impõe à CONTRATADA a obrigação de proceder ao desenquadramento do Simples Nacional.
- 9.22. A Administração Pública não estabelece qualquer restrição quanto à participação de licitantes optantes pelo Simples Nacional durante a fase de licitação. Caberá exclusivamente à empresa vencedora avaliar sua situação tributária e adotar as providências necessárias quanto ao desenquadramento do Simples Nacional, em razão da natureza do objeto contratado, nos termos da legislação vigente.
- 9.23. O desenquadramento do Simples Nacional, por imposição legal, não ensejará direito a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nem poderá ser alegado como fato imprevisível, extraordinário ou imputável à Administração, por se tratar de obrigação legal de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.
- 9.24. A CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer ônus tributários, fiscais, previdenciários ou trabalhistas decorrentes da execução do contrato, inclusive aqueles resultantes da inadequação ou incompatibilidade de seu regime tributário com o objeto contratado, não recaindo sobre a Administração Pública qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária nesse aspecto.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, válida até a data da realização da licitação ou emitida até um ano antes dessa data, caso o documento não especifique um prazo de validade.
- 9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

- 9.27.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- 9.27.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.27.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação
- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de

inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante da Declaração - Modelos de Documentos - Anexo III (SEI nº 14938624) deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, compatível com o objeto da contratação, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes; e

9.35.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente com o objeto da contratação;

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de

outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação para 05 anos, que é máximo aceitável, é de **R\$ 6.644.829,60**, conforme custos unitários apostos na Planilha Preenchida da Administração (15665771).

10.2. O valor estimado da licitação será público, para garantir transparência, ampliar a competitividade e permitir que os interessados planejem suas propostas de forma justa e viável. Essa divulgação procura evitar superfaturamentos, propostas inexequíveis e favorecer a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade, assegurando que o processo atenda aos princípios da administração pública, como legalidade, publicidade e eficiência.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 41231 / 413005 - Agência Nacional de Telecomunicações - MG ;
- II - Fonte de Recursos: 1120000000 - REC.FISTEL LIVRE APL.NA ANATEL E NO TESOURO ;
- III - Programa de Trabalho: 24.125.2305.2424.0001- FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA;
- IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO; e
- V - Plano Interno: 24240000005 FISCALIZACÃO REGULATÓRIA;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Compõem o presente documento os seguintes anexos:

- 12.2.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital ( 15825489);
- 12.2.2. Anexo II - Planilha Preenchida da Administração (15665771);
- 12.2.3. Anexo III - Planilha de Custos e Formação de Preços ( 15706757);
- 12.2.4. Anexo IV - Declaração - Modelos e Documentos ( 15706804); e
- 12.2.5. Anexo V - Planilha Modelo Instrumento Medição de Resultado ( 15706846).

O presente Termo de Referência segue assinado pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022, e pela autoridade competente, a qual **aprova** o presente documento de planejamento, com fulcro no art. 7º § 2º da Resolução Interna 214, de 23 de maio de 2023, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Barbosa da Silva Soares, Gerente Regional no Estado de Minas Gerais**, em 19/06/2026, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Felipe Rauen Lopes de Souza, Coordenador Regional de Processo**, em 19/06/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Andre da Silva Andrade, Técnico em Regulação**, em 19/06/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Di Leli Aguiar Melo, Agente Fiscalizador de Contrato**, em 19/06/2026, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Rita Braga Ramos, Agente Fiscalizador de Contrato**, em 19/06/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15658330** e o código CRC **9DAF69A6**.

Referência: Processo nº 53524.001805/2025-94

SEI nº 15658330